A epidemia do crime e seus danos sociais e econômicos

Fernando Valente Pimentel*

A operação *Fim da Linha* do Ministério Público de São Paulo, desencadeada em abril, com a prisão de integrantes do crime organizado e focada no uso de empresas de ônibus urbanos para a lavagem de dinheiro, enfatizou a gravidade dos problemas do Brasil referentes à segurança pública. Enfrentamos uma "epidemia" que mata milhares de pessoas por ano, causa imensos prejuízos materiais, afasta investimentos nacionais e estrangeiros, prejudica o turismo e provoca imensos danos à economia e à imagem global de nosso país.

Em agosto do ano passado, escrevemos artigo, publicado em vários jornais, intitulado "O amargo preço da violência", no qual alertávamos sobre a premência de políticas de Estado mais amplas e eficazes de combate à criminalidade, problema crônico e grave, que intimida e dissemina o terror em nossa sociedade. Os números são de um cenário de guerra: em 2022, segundo dados de 2023 do *Monitor da Violência*, o País teve 40,8 mil mortes causadas por homicídios, latrocínios e lesões corporais. Além do flagelo irreparável das vidas roubadas, o Brasil perdeu, em 2022, R\$ 410 bilhões em decorrência do mercado ilegal, segundo o Fórum Nacional Contra a Pirataria e a llegalidade (FNCP).

Em consequência dessa grave situação, as empresas gastam R\$ 171 bilhões anuais com sistemas e medidas de segurança privada. O valor representou 1,7% do PIB nacional em 2022, último ano com os dados totais disponíveis. A informação consta de estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), inserido no seu *Atlas da Violência*. O problema é muito complexo e não tem solução pronta, mas exige mobilização mais robusta e responsável do poder público, incluindo a União, estados e municípios.

As causas são muitas, desde a exclusão socioeconômica, passando pela precariedade do ensino gratuito, até as ações do crime organizado/tráfico de drogas e armas, que atua cada vez mais como as máfias e se estruturam num Estado paralelo, mantido pelo poder das armas e imposição do medo. Por isso, é necessária ação articulada multidisciplinar, com olhar de curto, médio e de longo prazo, incluindo imediata e mais eficiente estratégia de combate e repressão.

A criminalidade e a violência também afetam de modo direto a competitividade das empresas e o ambiente de negócios. Preocupamo-nos com isso neste momento em que o parque fabril está mobilizado no sentido de promover o fomento, modernização e ganhos de produtividade, consciente de que o setor, como se observou em numerosos países, é fundamental para o crescimento econômico sustentado e melhoria da renda e do bem-estar da população. Nesse sentido, é grande a expectativa de que a Nova Indústria Brasil (NIB), política pública em curso, consiga contemplar esses objetivos.

Porém, dois aspectos, já citados aqui, dificultam a conquista dessas metas: o desestímulo aos investimentos e as altas despesas com segurança. Há, ainda, a restrição do mercado, devido à concorrência ilegal com produtos advindos de roubos, descaminho, contrabando e empresas que só existem para lavar dinheiro. Outro efeito colateral gravíssimo da criminalidade é a perda de talentos e recursos humanos, pois numerosos profissionais de distintas áreas, pesquisadores e cientistas buscam emigrar para viver e trabalhar em paz.

Nosso país tem imensa possibilidade para crescer e alcançar elevado patamar de desenvolvimento, considerando suas dimensões territoriais, mercado potencial superior a 200 milhões de habitantes, recursos naturais, reservas hídricas, indústria diversificada e competente, agronegócio avançado e um moderno setor de serviços. Porém, o crime é um dos fatores que retardam nosso progresso. Não

podemos mais nos resignar à intervenção da violência em nossa trajetória como povo e nação.

*Fernando Valente Pimentel é diretor-superintendente e presidente emérito da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit).